

Carlos Manique da Silva*

Uma instituição de ensino fundada por D. Pedro V: a Escola Real de Mafra

“São tantas as razões que podem aconselhar a criação de uma escola que seria não acabar enumerá-las todas”.

D. Pedro V

R E S U M O

O presente artigo perspectiva historicamente instituição de ensino criada por D. Pedro V (1837-1861) – a Escola Real de Mafra. A interpretação delineada procura, por um lado, apreender as linhas mestras da construção e afirmação da identidade da Escola e, por outro, salientar aspectos da sua organização pedagógica¹, estabelecendo para o efeito pontos de contacto com o panorama das escolas primárias públicas da segunda metade de Oitocentos.

Um objectivo paralelo deste estudo será perceber de que forma a dita instituição, que veiculou um projecto pedagógico coerente e muito peculiar ao nível do ensino primário, abraçou uma dimensão de formação de docentes, ou pelo menos de encaminhamento para essa área profissional.

OS PRIMEIROS ANOS DA INSTITUIÇÃO: TRAÇOS DE UMA IDENTIDADE EM CONSTRUÇÃO

A Escola Real de Mafra foi solenemente inaugurada em 9 de Dezembro de 1855, assistindo à cerimónia o rei D. Pedro V². Ao monarca, verdadeiro cultor da instrução pública³, caberiam ainda outras iniciativas no domínio apontado, merecendo especial destaque, em 1859, a criação do Curso Superior de Letras⁴.

* Doutorando da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

¹ Utilizo este conceito na acepção dada por GIOLITTO, 1983.

² RIBEIRO, 1884. De referir que D. Pedro V, apesar de ter sido aclamado rei aos dezasseis anos de idade, só começou efectivamente a governar em 1855, pelo que a criação da Escola Real de Mafra terá sido um dos primeiros actos públicos do monarca.

³ D. Pedro V deixou boa impressão no seio da instrução pública, sendo expressiva a circunstância de em 11 de Novembro de 1864 se celebrar na capela da Escola Normal de Lisboa, em Marvila, uma missa em sua memória, o que parece ter-se institucionalizado durante alguns anos (Arquivo da Escola Superior de Educação de Lisboa, *Ordens da Direcção*, n.º 264, 9 de Novembro de 1864). Por outro lado, D. António da Costa, numa nota pessoal e íntima, louva a acção do rei nos seguintes termos: “Escreveste um nobre exemplo na história da instrução primária, Pedro V”. COSTA, 1871: 192. Prova desse apreço é também o facto de um dos paladinos da instrução pública, António Feliciano de Castilho, ter dedicado a 2.ª edição do seu ‘método português’ ao infausto monarca. É evidente que a acção de D. Pedro V, no plano educativo, foi também possível, para além do seu empenhamento, sensibilidade e qualidades intelectuais, pelo clima de acalmia política vivido no país na segunda metade do século XIX. O reinado de D. Pedro V terá sido mesmo o mais consensual da centúria de Oitocentos. TORRAL, 1993.

⁴ CARVALHO, 1996.

Desde os seus primórdios, a Escola Real ficou sediada na parte dos aposentos reais do edifício conventual de Mafra. A aula, estabelecida nos primeiros dias num espaço improvisado, foi posteriormente transferida para um dos corredores do extinto cenóbio, sofrendo adaptações em ordem a definir uma sala com todas as condições para o fim pretendido – “modesta chama encarcerada no mais gigantesco dos monumentos”, no sentir de D. Pedro V⁵. Ao longo da segunda metade do século XIX, a instituição, “Presepe de redenção intelectual das novas gerações”, nas palavras do seu fundador, afirmar-se-ia como um importante pólo de cultura e de desenvolvimento na citada vila, não apenas pelo carácter do serviço prestado – fazendo para o efeito as vezes de escola pública local –, mas sobretudo pela qualidade do ensino ministrado e, conseqüentemente, pelos resultados obtidos.

As fontes de arquivo disponíveis permitem estabelecer os princípios subjacentes à criação da Escola Real e o espírito que a orientou nos anos subsequentes. Efectivamente, tanto os discursos de D. Pedro V, proferidos anualmente no acto de entrega de prémios aos alunos distinguidos pelo seu desempenho ao longo do ano lectivo⁶, como dos directores da Escola, lidos em idênticas ocasiões, elucidam o que estava em causa para o patrono e principais responsáveis. Atente-se nas palavras do monarca num desses momentos solenes, ocorrido a 14 de Março de 1857:

“Considerarei a escola como uma pequena democracia, do seio da qual a cada momento nasce uma aristocracia. Mas as mesmas distinções que o merecimento tivesse de criar nela, quis eu que fossem um princípio de emulação, sem jamais se converterem em um princípio de inveja.”⁷

Notoriamente dois aspectos emergem da citada intervenção. Um primeiro prende-se com o facto de a Escola Real, se bem que sob protecção régia, ser uma instituição eminentemente pública e gratuita desde a sua fundação⁸, não dirigida portanto a um estrato social específico, porventura favorecido. Não pondo em causa esse princípio, é bom frisar que na sua origem se encontra a antiga aula régia de Mafra, que a ela se funde

⁵ RIBEIRO, 1884: 309.

⁶ Esta cerimónia contava com presença de altos funcionários da corte e com as autoridades de Mafra. Frequentemente, os prémios oferecidos por D. Pedro V eram livros onde escrevia dedicatórias; aos alunos pobres, nos primeiros anos, remunerava-os com esmolas em dinheiro, sabendo-se ainda que depois da morte da rainha D. Estefânia, ocorrida em 1859, passou a ofertar fatos completos, além de dinheiro. BASTOS, 1863. Após o falecimento do fundador, o seu sucessor, D. Luís I, esteve pelo menos presente na cerimónia de entrega de prémios de 1863, na qual foi também inaugurado o retrato de D. Pedro V oferecido pela Sociedade Madrêpora (*Boletim Geral de Instrução Publica*, n.º 27, 5 de Agosto de 1863), e de igual forma na de 1864 (*Boletim Geral de Instrução Publica*, n.º 32, 7 de Setembro de 1864). No período pós 1869, o evento passou a ser dirigido pelo director da Escola, registando menor solenidade.

⁷ Arquivo Histórico Municipal de Mafra (AHMM), *Real Escola de Mafra, Officios, circulares e mapas*. Discurso pronunciado por ocasião da distribuição de prémios na Escola de Mafra, em 14 de Março de [1857]: documento sem paginação.

⁸ Mormente esse carácter, a Escola Real era oficialmente um instituto particular, sendo inspeccionada nessa qualidade em 1863 e 1875. GHIRA, 1865 e IAN/TT, *Ministério do Reino*, Livro 1076.

quase imediatamente, conforme alude D. Pedro V num discurso pronunciado em 26 de Agosto de 1860, enfatizando a circunstância do instituto trabalhar nos primeiros tempos com um contingente de alunos providos da aula régia, sendo que depois da saída desse grupo passou a dedicar-se em exclusivo à “matéria rude”. Mais, é o próprio D. Pedro V que, numa alocução proferida também a 26 de Agosto, mas do ano de 1858, manifesta abertamente os seus intentos liberais:

“Entendemos que instruir é educar e não nos parece necessário lisonjear pretensões de classes por meio de uma distinção a que não reconhecemos razão de ser.”¹⁰

Longe de se situar no campo das formulações teóricas, a cultura de liberalidade do monarca encontra correspondente tradução prática. Com efeito, o levantamento das profissões dos pais dos alunos que frequentavam a Escola Real (lojistas, trabalhadores rurais, proprietários, oficiais do exército, professores do Real Colégio Militar...)¹¹ revela inequivocamente a diversidade dos grupos sociais de origem.

Um segundo aspecto, muito marcante, está relacionado com a ideia de mérito, ideia essa fundada na emulação entre alunos na base da obtenção de prémios e de recompensas, seja pelo aproveitamento nas diversas disciplinas, seja também pelo comportamento, neste último caso dependente de frequência assídua sem castigos durante todo o ano lectivo¹².

Seguramente que a qualidade do ensino ministrado na Escola Real, reconhecida por um observador atento como Mariano Ghira¹³, esteve muito alicerçada na excelência da cultura académica e pedagógica dos mestres que nela leccionaram. Sendo o patrono do instituto a mais alta dignidade do reino, não estranha que a si ficasse reservada a prerrogativa de nomeação do mestre. Essa parece mesmo ser uma questão chave para o monarca, como deixa expresso no já citado discurso de 26 de Agosto de 1860:

⁹ AHMM, *Real Escola de Mafra, Ofícios, circulares e mapas*. Discurso pronunciado por El Rei o Senhor D. Pedro V, 26 de Agosto de 1860: documento sem paginação.

¹⁰ AHMM, *Real Escola de Mafra, Ofícios, circulares e mapas*. Discurso pronunciado por Sua Majestade El Rei o Senhor D. Pedro 5.º por ocasião da distribuição de prémios na Escola Real de Mafra em 26 de Agosto de 1858: documento sem paginação.

¹¹ Uma análise aprofundada sobre a origem social dos alunos pode ser obtida em ALVES, 2003. Entre outros aspectos, é útil a consulta dessa obra para a compreensão do processo de escolarização no concelho de Mafra, bem como da dinâmica instaurada com a fundação da Escola Real.

¹² A ideia expressa assenta no fundamento de que um “bom sistema de recompensas é a base de toda a educação”. RIBEIRO, 1884: 340. Nessa assunção, desde 1855 estavam previstos na Escola Real, em função da atribuição diária de ‘bons pontos’ (prática que se mantinha ainda em 1893), o quadro de honra, a atribuição de prémios no final do ano lectivo, de livros e de cartas de mérito durante o período escolar... O cômputo de ‘bons pontos’ determinava igualmente a posição relativa (*ranking*) dos alunos na sala de aula. Os aspectos citados remetem-nos muito obviamente para a organização do ensino mútuo. De notar que algumas recompensas podiam ser dadas pelos decuriões, e que eles próprios poderiam ser recompensados pelo professor. Em Portugal identifica-se alguma reacção negativa à entrega de prémios aos alunos das escolas primárias nas conferências pedagógicas dos anos 1880, apesar de tanto a lei de 2 de Maio de 1878 como a de 11 de Junho de 1880 corroborarem a sua instituição.

¹³ GHIRA, 1865.

“Os resultados são até hoje satisfatórios, se os compararmos com o que sucede em institutos análogos. Vale sempre o método de ensino o que valer o mestre e a liberdade em escolhê-lo é das que eu concederia sem repugnância ao ensino público.”¹⁴

Da documentação analisada no AHMM, confrontada com o relatório de Mariano Ghira¹⁵ e ainda com os dados expendidos por José Silvestre Ribeiro¹⁶, conclui-se que durante o primeiro decénio de vida a Escola teve um número de alunos matriculados a regular entre os 80 e 110, não tendo no entanto sido possível, para esse período, efectuar um apuramento completo. Importa também referir que eram admitidos alunos com idades compreendidas entre os sete e os quinze anos, embora nalguns casos, mediante exame prévio, se pudessem integrar estudantes mais jovens, mesmo com quatro anos de idade¹⁷.

Quadro 1. Número de alunos matriculados na Escola Real de Mafra no primeiro decénio da sua existência, registando-se algumas intermitências no apuramento.

Ano lectivo	N.º de alunos matriculados
1855-1856	80
1856-1857	102
1859-1860	95
1860-1861	95
1863-1864	86
1864-1865	110

Fonte: Elaboração do autor a partir de RIBEIRO, 1884; GHIRA, 1865; AHMM, *Livro de Matrículas da Escola Real de Mafra*, n.º 1, 1856-1880.

Apesar do número de alunos matriculados, durante o primeiro quinquénio a instrução esteve cometida a um único professor¹⁸ (detendo por inerência o cargo de

¹⁴ AHMM, *Real Escola de Mafra, Ofícios, circulares e mapas*. Discurso pronunciado por El Rei o Senhor D. Pedro V, 26 de Agosto de 1860: documento sem paginação.

¹⁵ GHIRA, 1865.

¹⁶ RIBEIRO, 1884. José Silvestre Ribeiro dá notícia muito detalhada da Escola Real, transcrevendo alguns documentos de relevante significado para o conhecimento do instituto.

¹⁷ Os alunos com quatro anos recebiam uma integração diferente dos demais, funcionando nesse caso a Escola como ‘asilo de infância’. Essas crianças adaptavam-se progressivamente ao estudo, por meio de presença de uma a duas horas diárias. GHIRA, 1865.

¹⁸ Dois mestres marcaram decisivamente o destino da Escola durante a segunda metade do século XIX. Refiro-me a Vitorino João Carlos Dantas Pereira, primeiro professor e director da instituição até ao momento do seu falecimento (Setembro de 1867), e a Filipe António Jorge (1843-1913), responsável pelo estabelecimento de ensino no período imediatamente subsequente até 1897. Dantas Pereira, capitão de artilharia e bacharel em letras pela Universidade de Paris, foi especialmente escolhido pelo conselheiro António José Viale, professor de grego de D. Pedro V e D. Luís I e de literaturas clássicas no Curso Superior de Letras. Em 1863, data em que abriu uma aula nocturna no convento de Mafra, Dantas Pereira foi cumulativamente encarregue da sua regência. Por outro lado, Filipe António Jorge vem a ser um caso

director), coadjuvado no entanto por ajudantes (alunos-mestres) e decuriões, bem como pelo padre António da Purificação Morais Cardoso, a quem ficou confiado o ensino religioso¹⁹. Por outro lado, para além da esfera propriamente pedagógica, a Escola contava nos seus quadros com um funcionário responsável pela escrituração, sobretudo no que dizia respeito à estatística, conforme refere Filipe António Jorge, director da instituição, na cerimónia de entrega de prémios no final do ano lectivo de 1867-1868²⁰.

Pouco tempo antes de abrir a Escola Real foi dotada com regulamento minucioso; documento de extrema relevância em termos pedagógicos e administrativos, concebido pelo professor Vitorino Carlos Dantas Pereira e que D. Pedro V aprovou em 20 de Novembro de 1855²¹. Contudo, no início do ano lectivo de 1860-1861, por vontade do próprio monarca, verificou-se a primeira alteração ao regulamento primitivo, consubstanciada na introdução de novas disciplinas e, sobretudo, na separação da instrução primária elementar (que passava a receber maior força) da instrução primária superior²². A última ficava confiada ao professor director, sendo entregue a instrução elementar a um ajudante, elevado à categoria de professor adjunto.

muito curioso na instituição. Na verdade, matricula-se na mesma em 1856, quando contava treze anos de idade, terminando o curso no ano lectivo de 1858-1859. No ano lectivo de 1860-1861 matricula-se na Escola Real como aluno-mestre, fazendo as vezes de ajudante. Em 21 de Abril de 1862 matricula-se na Escola Normal de Marvila (AHMM, *Livro de Matrículas da Escola Real*, 1856-1880, fl. 5 v.). Em Abril de 1864 é louvado pelo Conselho escolar da Escola Normal pela sua intervenção no projecto de regulamento provisório para castigos e recompensas, vindo em Julho desse mesmo ano a protagonizar o melhor resultado nos exames finais do 2.º grau com média de 19,5 valores (Arquivo da Escola Superior de Educação de Lisboa, *Actas das Sessões do Concelho Escolar da Escola Normal Primária de Lisboa*, 1864-1866, fls. 29 e 71). Retorna à Escola Real em 1867 como professor e, inerentemente, director, mantendo-se nesse cargo, como referi, até 1897. Em 1908 encontramos Filipe António Jorge a assinar o auto de entrega de livros, móveis e outros objectos pertencentes ao instituto, na qualidade de almoxarife das reais propriedades da vila de Mafra (Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra, *Contas da Real Escola*: documento avulso), já que no ano de 1896 se dera a anexação da escola oficial do sexo masculino da vila de Mafra à Escola Real, conforme se constata por officio expedido por Filipe Jorge ao administrador do concelho de Mafra, em 29 de Novembro do citado ano (AHMM, *Real Escola de Mafra, Officios, circulares e mapas*). A partir de 1896 há na verdade officios expedidos com a chancela "Escola oficial do sexo masculino da vila de Mafra". A registada diferença de anos entre as datas de anexação e do auto de entrega pode querer indiciar que esse processo de 'transferência', por via de uma forte cultura organizacional, não foi linear, nem célere. A juntar a esta discrepância surgem alguns elementos não consonantes com os referidos, já que GANDRA, 1990, menciona que a Escola Real funcionou também como escola oficial, mas a partir de 1906, tendo suspenso o seu funcionamento em 1911. Aspectos estes que, como se vê, necessitam de maior clarividência, e aos quais regressarei. No que concerne à forte cultura organizacional de que falava, é importante dizer que em 1910 é elaborado um projecto de estatutos para a Associação Escolar D. Pedro V, da autoria de Estêvão António Jorge Júnior e de quatro ex-alunos da Escola Real, e que a 2 de Dezembro de 1934 teve lugar um almoço de confraternização de antigos discípulos do instituto. A forte ligação dos alunos à Escola Real pode também ser perspectivada noutro sentido. Efectivamente, nos anos 1860, alguns dos alunos que não tiveram possibilidade de prosseguir estudos a outro nível, particularmente os que se dedicaram aos trabalhos do campo, encontraram na aula nocturna a possibilidade de continuarem a instruir-se, mantendo assim uma relação estreita com a Escola de origem.

¹⁹ BASTOS, 1863.

²⁰ AHMM, *Real Escola de Mafra, Officios, circulares e mapas*. Discurso pronunciado pelo Director da Escola Real de Mafra, na sessão Real da distribuição de prémios aos alunos da Real Escola, em 17 de Setembro de 1868: documento sem paginação.

²¹ RIBEIRO, 1884. Silvestre Ribeiro transcreve o regulamento de 1855 na íntegra.

²² RIBEIRO, 1884.

Uma prova da vitalidade e da qualidade pedagógica da Escola, logo nos primeiros seis anos de existência, é dada pela análise do destino profissional dos alunos que a frequentaram.

Quadro 2. Destino profissional dos alunos da Escola Real de Mafra durante os seis primeiros anos da sua existência.

Artes e ofícios 22	Marinha de Guerra..... 2	Colégio militar 5
Agricultura 11	Marinha Mercante..... 2	Criados de servir..... 6
Estudos superiores . 8	Instituto Industrial 1	Casa Pia..... 2
Comércio 6	Taquígrafo..... 1	Escola normal..... 3
Amanuenses 5	Assentaram praça..... 5	

Total 792²³

Fonte: RIBEIRO, 1884.

As saídas profissionais apresentadas no Quadro 2 elucidam que a Escola Real, *ab ovo*, não descurando uma formação de nível elementar para a generalidade dos alunos, perseguiu objectivamente a ideia de conferir a alguns discípulos um conjunto de conhecimentos mais alargado, promovendo dessa forma o acesso a determinadas carreiras. Contudo, este último intento, conforme irei argumentando ao longo do texto, encerra uma orientação específica para uma área profissional.

É evidente que a preparação dos alunos ao nível da instrução primária superior era possível, para além da competência dos mestres e dos aspectos decorrentes da própria organização pedagógica, graças às excelentes condições da instituição (espaço físico, material e mobiliário escolares, manuais...) ²⁴.

Quadro 3. Manuais escolares e autores seguidos na Escola Real de Mafra, segundo o regulamento de 1855²⁵.

<i>Expositor Português</i> , de Midosi	Luís de Camões
<i>Manual Enciclopédico</i> , de Monteverde	<i>Selecta Portuguesa da Universidade</i>
Simão de Nantua	Aritmética de Bezout
<i>Fábulas de La Fontaine</i> , tradução de Curvo Semedo	<i>Bíblia da Infância</i> , traduzida pelo Padre Castro

Fonte: RIBEIRO, 1884.

²³ Este número tem de ser lido no seguinte enquadramento, conforme explicita José Silvestre Ribeiro (1884), ao que julgo saber baseado no *Relatório do acontecido na Real Eschola de Mafra desde a sua solene instalação no dia 9 de Dezembro de 1855 até ao fim do seu sexto anno lectivo (1860-1861)*... Lisboa, 1863: nos primeiros seis anos da Escola matricularam-se 248 alunos, sendo que à data da recolha dos dados apresentados 84 frequentavam a instituição, 58 tinham saído sem se saber o seu destino, 22 haviam recolhido a casa dos pais e cinco tinham falecido. Acresce ainda dizer que a referência a três alunos que seguiram o curso normal deve ser entendida à posteriori do citado relatório, já que a Escola Normal de Lisboa só começou a funcionar em 1862.

²⁴ A qualidade pedagógica e o prestígio da Escola Real podem também ser atestados pela projecção social que tiveram alguns dos alunos nela formados. Nesse sentido, duas personalidades merecem especial referência: o historiador João Lúcio de Azevedo (1855-1933), matriculado no instituto de Mafra em 1859, portanto quando contava apenas quatro anos de idade, e o médico Tomás de Melo Breyner (1866-1933).

²⁵ Segundo RIBEIRO, 1884, a intenção de partida, contida aliás no regulamento de 1855, seria a Escola Real vir a ter os seus próprios manuais. Em alguma medida isso veio a confirmar-se, caso paradigmático do sucedido com o *Novo*

A própria biblioteca do instituto é um bom exemplo do cuidado posto na elevação cultural de discípulos e professores, nela se podendo encontrar, por entre os manuais de Monteverde e de Teodoro da Mota, autores tão diversos como Luís de Camões, Francisco Adolfo Coelho, Herbert Spencer, Augusto Filipe Simões, etc.²⁶

Enquanto pólo de cultura, a influência da Escola no meio local fez-se sentir a outros níveis, não sendo estranho o facto de o decano dos periódicos do concelho de Mafra, *Remanso* (1857), nascer no seu seio²⁷.

A ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

O PLANO DE ESTUDOS

O primitivo plano de estudos da Escola Real, elaborado por Vitorino Dantas Pereira em 1855, contemplava as seguintes disciplinas: leitura, escrita, aritmética, catecismo, gramática, desenho linear e geografia²⁸. Como referi, a reforma de 1860-1861 introduziu mudanças ao documento inicial, já que, além das alterações operadas no quadro curricular, separou a instrução primária elementar da superior²⁹. Assim, no primeiro caso, estavam presentes a leitura, a caligrafia, a instrução religiosa e história sagrada, a aritmética, o sistema métrico e a gramática³⁰. No que diz respeito à instrução primária superior, que não descurava completamente as matérias anteriores, eram acrescentados os princípios de física, de moral, de civildade e de desenho linear, a história pátria, a corografia e a geometria prática³¹. Note-se que a instrução superior, como menciona Silvestre Ribeiro³²,

Epítome da História de Portugal, de António José Viale, com 1.ª edição datada de 1856 e expressamente elaborada para os alunos da Escola de Mafra e das Necessidades, sendo esse manual adoptado nas escolas primárias do país em 1862, por decisão do Conselho Geral de Instrução Pública (*Boletim Geral de Instrução Pública*, 4 de Fevereiro de 1863, p.6).

²⁶ Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra, *Catálogo dos livros existentes na Escola Real*, 30 de Junho de 1908.

²⁷ GANDRA, 1998. O periódico em causa era elaborado em versão manuscrita pelos alunos da Escola Real.

²⁸ RIBEIRO, 1884. Convém notar que nos primeiros exames realizados na Escola, em Agosto de 1856, os alunos foram examinados em leitura, escrita, aritmética, história sagrada, catecismo e ainda como decuriões (Biblioteca da Ajuda, 54 – XI – 22, n.º 88). Verifica-se, dessa forma, a existência da história sagrada no plano de estudos desde o início do instituto, o que não condiz com a informação de Silvestre Ribeiro, a despeito de este se ter baseado no regulamento de 1855. Por outro lado, desconhece-se a razão pela qual, nesse ano de 1856, os alunos não realizaram exames de gramática, desenho linear e geografia.

²⁹ No caso da instrução primária oficial, a separação em dois graus existia desde a Reforma de Costa Cabral (1844), embora durante muitos anos se tivesse mantido apenas no plano legislativo. D. António da Costa, em 1870, refere que as escolas do segundo grau continuavam em promessa.

³⁰ AHMM, *Real Escola de Mafra. Ofícios, circulares e mapas*. Discurso do professor Vitorino Dantas, 25 de Agosto de 1864: documento sem paginação; RIBEIRO, 1884. Note-se que Filipe António Jorge, no já citado discurso de 17 de Setembro de 1868, integra a disciplina de história sagrada na instrução primária superior, o que poderá indiciar uma ligeira reorganização do plano de estudos no período pós 1860-1861.

³¹ RIBEIRO, 1884.

³² RIBEIRO, 1884.

era no essencial destinada aos alunos que queriam ingressar na escola normal, o que responde em parte à hipótese anteriormente aventada. Esta ideia de vocação da Escola para a promoção à carreira do magistério primário, à qual voltarei, estava bem vinculada no espírito de D. Pedro V, conforme é possível perspectivar numa carta que dirigiu a seu tio, o príncipe Alberto, em 7 de Março de 1859:

“Estou a pensar em arranjar nesta escola uma classe de estudos mais elevados para aqueles alunos que desejem seguir a profissão do ensino. Tais facilidades são actualmente prestadas a alguns negros que se estão a treinar em Mafra para tal trabalho e são pagos pelo Ministério da Marinha.”³³

A despeito das indicações de Silvestre Ribeiro³⁴ acerca do plano de estudos, mormente no que concerne às modificações ocorridas em 1860-1861, parecem ter-se observado, mesmo antes da citada reformada, alterações ao que inicialmente fora estabelecido. De facto, algumas *nuances* emergem na análise dos registos de matrícula, nos quais, depois das referências iniciais relativas à filiação, se exarava o nível de conhecimentos do aluno aquando da sua entrada, evolução progressiva, aprovações, prémios, distinções, castigos, etc. Num trecho do registo de matrícula do aluno Filipe António Jorge fica patente o aspecto que procuro evidenciar:

“Terminou o curso da escola no ano lectivo de 1858 a 1859, durante o qual obtive as distinções seguintes: no ano de 1856 obtive o 2.º prémio de aritmética, medalha única de prata, e a pensão de 5\$000 reis mensais, como prémio extraordinário pelo seu exemplar comportamento. Em 1857 não frequentou por doença gravíssima. No ano de 1858, teve os primeiros prémios de aritmética, história pátria e desenho linear, e a 1.ª medalha de prata dourada. Em 1859, teve prémio extraordinário em aritmética, geografia e desenho linear.”³⁵

Como se vê, no ano de 1858, três anos após a definição do primeiro plano de estudos, Filipe António Jorge recebia um prémio em história pátria, disciplina essa que viria apenas a ser oficialmente consignada na reforma de 1860-1861 e no quadro da instrução primária superior. Tal circunstância, conforme foi sendo expandido, indicia a progressiva sedimentação de uma via de ensino apostada na promoção de conhecimentos para além da instrução primária elementar, particularmente direccionada para o ingresso no curso normal primário, se bem que nos primeiros seis anos de vida da instituição essa via tenha produzido maiores resultados no acesso aos estudos superiores (cf. Quadro 2), embora esses dados estejam obviamente condicionados pela entrada em funcionamento da Escola Normal só em 1862.

³³ LEITÃO, 1954: 224.

³⁴ RIBEIRO, 1884.

³⁵ AHMM, *Livro de Matrículas da Real Escola de Mafra*, 1856-1881, fl. 5 v.

Pelo que é possível constatar, nomeadamente através dos mapas dos resultados dos exames feitos aos alunos da Escola Real (AHMM), até aos fins do século XIX, no fundo o período de vigência autónoma da instituição, isto é, fora da rede oficial, não se registaram alterações de vulto ao plano de estudos estabelecido no ano lectivo de 1860-1861, a não ser a introdução da disciplina de ginástica, supostamente já na parte final de Oitocentos³⁶.

O EMPREGO DO TEMPO

De acordo com o regulamento de 1855, a Escola Real funcionava de 1 de Outubro a 31 de Agosto, sendo reservado para matrículas o período compreendido entre 16 de Setembro e 31 de Outubro³⁷. A mudança de 'ritmo' da natureza definia dois horários distintos: um de Inverno, com aplicação de Outubro a Março, outro de Verão, em vigor de Março a Agosto³⁸. Como era habitual em meados da centúria de Oitocentos, o feriado escolar (sueto) observava-se às quintas-feiras, desde que, nessa mesma semana, não se verificasse qualquer dia santo ou festa nacional, havendo no entanto aulas aos sábados³⁹. O mês de Setembro e os treze dias desde o Natal até aos Reis eram destinados a férias, havendo ainda outros dias de interrupção lectiva anualmente definidos, a saber: a segunda e terça-feira de Carnaval, os últimos três dias da semana santa, a segunda-feira de Páscoa e o dia dos fiéis defuntos⁴⁰.

No que concerne especificamente à distribuição do tempo e do trabalho escolar, desde o momento da fundação da Escola Real o tempo semanal consagrado a cada matéria a estudar encontrava-se inequivocamente definido.

Em termos de vida institucional o horário em questão, ao precisar as actividades a desenvolver e os tempos em que estas deviam ocorrer, constituía um importante mecanismo regulador, o que, juntamente com a existência de um programa para cada disciplina, dá a ideia de uma clara definição da actividade docente. Essa situação era bem distinta da verificada na generalidade das escolas primárias públicas ainda em 1875, aquando da inspecção extraordinária então realizada.

³⁶ No AHMM encontra-se documentação relativa às aulas de ginástica correspondente aos anos lectivos de 1900-1901 e de 1902-1903, embora através de outras fontes do mesmo arquivo se infira que as ditas aulas tinham já lugar anteriormente, pelo menos desde 1883, como refere ALVES, 2003. Acresce dizer que um antigo aluno da Escola, Bento Augusto José Lopes, foi professor de ginástica da mesma, tendo falecido em 1907. Trata-se de uma figura muito curiosa na história da instituição, pois, como aluno, frequentou-a pelo menos entre 1866 e 1893, querendo isto dizer, entre os 25 e os 42 anos de idade, num processo de aprendizagem ao longo da vida e percorrendo todos os "graus" da hierarquia (aluno, decurião, aluno-mestre, professor).

³⁷ RIBEIRO, 1884.

³⁸ RIBEIRO, 1884.

³⁹ RIBEIRO, 1884.

⁴⁰ RIBEIRO, 1884.

Quadro 4. Horário hebdomadário de Inverno da Escola Real de Mafra, segundo o regulamento de 1855. Note-se que a classe de aritmética era substituída pela de história às segundas, quartas e sextas; nesses mesmos dias, a classe de leitura era substituída por uma classe de gramática, mas só para os alunos das 5.^a e 6.^a “divisões”. O horário de Verão, registava um avanço de uma hora em relação ao apresentado.

9 h	Entrada dos discípulos, oração e chamada.
9h e 10 m	Escrita nas segundas, quartas e sextas; desenho linear nas terças e sábados.
10 h	Leitura nas decúrias, e com o professor.
10 h e 55 m	Distribuição dos bilhetes.
11 h	Classe de aritmética nos bancos.
11 h e 30 m	Classe de aritmética nos quadros pretos.
12 h	Regresso aos bancos, informações, oração e saída.
	Intervalo para almoço
13 h	Entrada dos discípulos, oração e chamada.
13 h e 10 m	Classe de catecismo e de gramática.
14 h	Escrita e geografia. Escrita para as quatro primeiras classes, e geografia para as outras.
15 h	Classe de leitura. Leitura em voz alta para as 5. ^a e 6. ^a classes.
15 h e 55 m	Oração
16 h	Saída.

Fonte: RIBEIRO, 1884.

Quadro 5. Organização de programas e de horários por parte dos professores primários do ensino oficial, segundo a inspeção de 1875⁴¹.

Inexistência quer de programas, quer de horários.	Existência de horário com a divisão das disciplinas pelos dias da semana.	Existência de horário que distribui as disciplinas pelos dias e horas escolares.	Existência de programas só para algumas disciplinas.	Existência de programas para todas as disciplinas.
83%	1%	2%	6%	8%

Fonte: Elaboração do autor a partir do IAN/TT, *Ministério do Reino*, Livros 1064 a 1088, respostas ao 25.º quesito.

⁴¹ De acordo com a fonte em análise, o facto de um professor ter programas para algumas disciplinas ou para todas é excludente relativamente à existência de horários, já que não se estabelece relação entre essas ‘categorias’ no sentido exposto, o que merece reservas. No entanto, perante a mesma fonte, a existência de horários traduz inequivocamente um nível de organização do trabalho em que os professores não adoptam qualquer espécie de programa. Parece claro que a leitura possível de fazer é muito condicionada pela formulação da própria pergunta (cf. o texto do 25.º quesito na nota seguinte).

Na verdade, como se verifica pelo Quadro 5, no ano de 1875 a maior parte dos professores de instrução primária do ensino oficial não tinha programas para as disciplinas, nem sequer adoptava qualquer tipo de horário. A este respeito, é significativo ler-se nas respostas ao 25.º quesito⁴² da citada inspecção frases de idêntico conteúdo às que a seguir se transcrevem: “não há, rege-se por regras práticas; todos os dias ler, escrever e contar, aos sábados doutrina”⁴³; e ainda, no caso específico das escolas do sexo feminino, “não há, mas observa prática invariável: de manhã labores, e de tarde instrução literária”⁴⁴. Como refere Marie-Madeleine Compère⁴⁵, a modernização do tempo no interior da escola assentou no essencial em duas vertentes: na formação profissional dos mestres (escolas normais, conferências pedagógicas...) e na generalização da escola graduada. Ora, em 1875, ainda segundo o inquérito inspecção, apenas 5% dos professores do ensino primário público detinha a habilitação do curso normal⁴⁶, assim como a escola graduada (em Portugal designada por “escola central”) será uma realidade de lenta implementação.

Regressando ao horário apresentado no Quadro 4, onde emerge uma nota de modernidade, isto pelo facto de ser reconhecida alguma especificidade a cada um dos dias da semana, salientem-se os rituais religiosos de entrada e de saída dos alunos nas diferentes partes do dia lectivo, a inexistência de interrupções ou pausas de recreação entre os exercícios, bem como a relativa extensão do período de cada lição, dados marcantes da organização escolar de meados de Oitocentos, com os dois últimos a ser repensados até ao final dessa centúria maioritariamente por via das ideias higienistas e dos estudos sobre a fadiga escolar. Por último, o mesmo horário indicia a valorização do ensino da leitura, o que não estranha para a cronologia em questão, embora no caso em análise o ensino se processe já de forma concêntrica, isto é, em simultâneo com a escrita e a aritmética, no essencial, e não em etapas sucessivas, como foi comum durante boa parte do século XIX, tendo esse aspecto sofrido progressiva inflexão por via do contributo decisivo do ensino mútuo⁴⁷.

⁴² A questão colocada era a seguinte: “Há programas organizados pelo professor? Para todas as disciplinas ou só para algumas, e quais?”. As respostas analisadas, conforme se deduz pela leitura do Quadro 5, remetiam indirectamente para a distribuição das disciplinas pelo tempo lectivo.

⁴³ IAN/TT, *Ministério do Reino*, Livro 1064, inspecção à escola primária do sexo masculino de Ovar, distrito de Aveiro.

⁴⁴ Idem, inspecção à escola primária do sexo feminino de Ovar, distrito de Aveiro.

⁴⁵ COMPÈRE, 1997.

⁴⁶ NÓVOA, 1987.

⁴⁷ FURET E OZOUF, 1977.

A CLASSIFICAÇÃO DOS ALUNOS

Esta componente da organização pedagógica, que em si só encerra várias dimensões e se cruza necessariamente com as duas componentes anteriores, importa ser, nos termos do período histórico em análise, precisada:

“Classificá-los é, conhecido o estado de adiantamento de cada aluno, fazê-los trabalhar conjuntamente com o grupo que tiver conhecimentos iguais.”⁴⁸

Segundo os mesmos autores, a classificação dos alunos estreita-se ainda nas matérias a ensinar, já que há classes que podem estudar todas as matérias do plano de estudos, e nas idades dos alunos, não devendo estas, tanto quanto possível, ser muito diferenciadas⁴⁹.

Considerando agora o exemplo da Escola Real, importa analisar de que forma era feita a classificação dos alunos, o que nos conduz aos *modos* de ensino, ou seja, à maneira

“segundo a qual o mestre organiza o ensino numa escola, que pode ser ocupando-se sucessivamente de cada um dos alunos (modo individual), dirigindo-se ao mesmo tempo a todos os alunos ou pelo menos a um grupo de alunos da mesma força (modo simultâneo), ou fazendo com que os alunos mais adiantados ensinem os mais atrasados (modo mútuo).”⁵⁰

A esse nível, uma fonte importante é o já citado discurso do rei D. Pedro V, proferido em 26 de Agosto de 1860, no qual o monarca revela detalhado conhecimento do funcionamento pedagógico da Escola Real:

“Era impraticável o ensino simultâneo, na sua acepção mais rigorosa, com uma população que raras vezes desceu de setenta alunos, desiguais na idade, tendo de repartir-se por um número excessivo de classes, desde o alfabeto até às noções elementares da geometria aplicada. Era difícil estabelecer o ensino mútuo, defectivo em si, mas necessário nas aulas superabundantemente povoadas, sem que grande parte do tempo se gastasse no labor incessante de formar decuriões. Fazer dos decuriões, ao mesmo tempo um elemento de decomposição do ensino é uma aristocracia amovível completando o sistema disciplinar, são necessidades que, de algum modo, se prejudicam e que não é de admirar que dessem em resultado o criar uma grande actividade na instrução de uma minoria selecta de alunos em prejuízo do aproveitamento das classes mais atrasadas.”⁵¹

⁴⁸ AFFREIXO E FREIRE, 1870: 19.

⁴⁹ AFFREIXO E FREIRE, 1870.

⁵⁰ CAMPAGNE, 1886: 856 (entrada “Modos d’ensino”).

⁵¹ AHMM, *Real Escola de Mafra, Officios, circulares e mapas*. Discurso pronunciado por El Rei o Senhor D. Pedro V, 26 de Agosto de 1860: documento sem paginação.

É interessante constatar que esta posição do soberano traduz alguma evolução na organização pedagógica da Escola, desde a sua abertura em 1855. Na verdade, no regulamento desse mesmo ano o modo de ensino preconizado era o simultâneo, através do qual os alunos seriam reunidos em grupos de “quase igual força”, isto é, de idêntico nível de conhecimentos, recebendo cada um desses agrupamentos uma mesma lição dada pelo professor ou, eventualmente, como também se prevê, por alunos mais adiantados (decuriões). A inflexão registada até 1860 poderá estar associada, conforme fica patente nas palavras do monarca, ao elevado número de discípulos, inviabilizando a adopção exclusiva do modo simultâneo. O próprio D. Pedro V parece compreender, pelo que se intui do seu discurso, que um excessivo número de classes conduz a uma *atomização* próxima da observada no modo individual, problema esse que é bem colocado por Affreixo e Freire:

“O professor multiplicará as classes, e agrupará nelas os alunos de igual força, mas o conjunto geral da escola sofrerá. O professor compelido a dividir o seu tempo por um grande número de classes, apenas dará um breve espaço a cada uma, e os defeitos do modo individual reaparecerão.”⁵²

Ora, ainda na opinião de D. Pedro V, foi precisamente por uma prática de sentido contrário à apontada que a Escola Real conseguiu melhorar a qualidade do ensino:

“Creio mesmo que, durante o período de instalação, de que apenas acaba de sair a escola, não se teriam logrado resultados numéricos mais avantajados, sem que decrescesse proporcionalmente a média da instrução individual.”⁵³

No entanto, se é um facto que em meados do século XIX o modo simultâneo colhe largo consenso do ponto de vista teórico – numa altura em que o ensino mútuo conhece o seu epílogo – também não é menos verdadeiro que a sua adopção, para muitos pedagogos, não devia excluir o concurso de outros modos de ensino:

“Il est vrai que le mode simultané, s’il est la règle générale et la forme dominante de l’enseignement, ne doit pas proscrire absolument l’emploi accidentel, exceptionnel, des autres systèmes. Dans la mesure du possible le maître devra, même en s’adressant à tous, parler à chacun; il devra tenir compte de la vivacité des uns, de la lenteur des autres, diversifier son langage pour répondre aux diverses aptitudes, ne pas oublier enfin que si son enseignement est simultané, son attention, ses soins doivent rester individuels.”⁵⁴

⁵² AFFREIXO e FREIRE, 1870: 32.

⁵³ AHMM, *Real Escola de Mafra, Offícios, circulares e mapas*. Discurso pronunciado por El Rei o Senhor D. Pedro V, 26 de Agosto de 1860: documento sem paginação.

⁵⁴ COMPAYR , 1885: 257.

Na prática, a conjugação dos modos simultâneo e mútuo (modo misto), onde à intervenção directa do professor em certas lições se juntava a coadjuvação de monitores ou alunos-mestres, conheceu franca implementação nas escolas oficiais até finais do século XIX, registando mesmo um acentuado crescimento entre as inspecções extraordinárias de 1863-1864 (12%)⁵⁵ e de 1875 (52%)⁵⁶. Apesar dos dados estatísticos avançados merecerem alguma reserva, dado grande parte dos docentes desconhecer a própria terminologia pedagógica, a explicação que se pode dar para esse aumento radica evidentemente em diversos factores⁵⁷. No fundo, a adopção do modo misto permitia acomodar o ensino ao nível de instrução dos alunos, estratégia possível de perceberem no entendimento que Affreixo e Freire dão desse modo:

“A escola no modo misto divide-se geralmente em dois grandes grupos: um dos alunos mais adiantados e o outro dos que possuem menos conhecimentos. Aos primeiros dá o professor lição, dividindo-os em classes como no modo simultâneo. Os segundos são divididos em turmas e confiados a decuriões. Cada uma das classes das menos adiantadas vai por seu turno dar cada dia uma lição ao professor que conhece por esta forma do estado desses discípulos. O ensino é pois simultâneo para os alunos mais adiantados e mútuo para os inferiores.”⁵⁸

No caso da Escola Real, tanto as reflexões de D. Pedro V sobre a impraticabilidade da utilização em exclusivo do modo simultâneo, em finais de Agosto de 1860, como o relato do inspector Mariano Ghira⁵⁹, baseado na sua visita de inspecção ao instituto no ano lectivo de 1863-1864, levam a concluir que o modo de ensino então adoptado era o misto. Segundo o mesmo inspector, os alunos encontravam-se divididos em decúrias, sob responsabilidade do respectivo decurião que, como função, dirigia as lições de leitura e de escrita, embora cada decúria, de forma obrigatória, tivesse uma vez por semana lição directa com o professor, podendo este aferir da evolução dos alunos, emendar algumas incorrecções, acrescentar conhecimentos úteis, etc. Aos decuriões eram ainda cometidas outras tarefas, nomeadamente no ensino da aritmética, se bem que em termos de programa da disciplina só pudessem ministrar até às quatro operações com números inteiros,

⁵⁵ *Estatística da Instrução Primaria em Portugal (Organizada sob a Inspeção Extraordinaria de 1863 a 1864...*, tabela 26.ª, p. 41.

⁵⁶ IAN/TT, *Ministério do Reino*, Livros 1064 a 1088, inspecção de 1875, resposta ao 24.º quesito.

⁵⁷ A este respeito é curioso verificar que nos anos 1870 era feita a apologia do modo misto nas escolas normais. Cf., a título de exemplo, a resposta da aluna-mestra Lodumila Mota de Porto Carreiro, da Escola Normal do Calvário, ao teste de pedagogia realizado em 3 de Agosto de 1873, versando precisamente os modos de ensino (IAN/TT, *Ministério do Reino*, maço 4214). Essa ideia é ainda confirmada pela análise da inspecção de 1875, onde os professores que detinham o curso normal, recorde-se apenas 5% do universo total, utilizavam os seguintes modos de ensino: 61% o misto, 29% o simultâneo e 10% o individual (IAN/TT, *Ministério do Reino*, Livros 1064 a 1088, resposta ao 24.º quesito). Veja-se que na Galiza, em 1885, o modo misto era adoptado por 75% dos docentes das escolas públicas, ficando isso a dever-se, entre outros aspectos, à difusão que o modo em questão conheceu nas escolas normais. GABRIEL, 1990.

⁵⁸ AFFREIXO e FREIRE, 1870: 33-34.

⁵⁹ GHIRA, 1865.

cabendo ao professor director ensinar a aritmética superior e o sistema métrico. Neste processo intervinha também um professor ajudante (recorde-se, figura prevista desde 1860-1861 com a categoria de professor adjunto), que fiscalizava o trabalho dos decúrios e tinha a incumbência de verificar os cadernos de alunos a seu cargo, assim como de passar cálculos para as lições do dia seguinte. Veja-se que, em termos de especialização de funções docentes, ao ajudante competia igualmente ministrar análise etimológica e música⁶⁰, para além de coadjuvar o professor director nas aulas de análise gramatical. No entanto, a prerrogativa de examinar os alunos nas diversas disciplinas era exclusiva do professor director⁶¹. A propósito refira-se que os períodos destinados a exames estavam inequivocamente definidos: mensais, no caso da caligrafia, uma, duas e três vezes por ano, respectivamente em gramática, aritmética e leitura e, no término das aulas, um exame geral. Por outro lado, o facto de um qualquer aluno terminar o estudo de um compêndio implicava uma avaliação.

Voltando à questão da classificação dos alunos, importa dizer que no regulamento de 1855 os termos 'classe' e 'decúria' surgem como sinónimos, correspondendo idealmente a um agrupamento de dez discípulos de idêntica proficiência; se uma classe se tornasse numerosa seria subdividida na base desse número⁶². De acordo com o que estava estabelecido no citado regulamento, o ensino encontrava-se segmentado em seis classes ascendentes de leitura, escrita, aritmética e catecismo. Outras subdivisões eram criadas para o ensino da gramática, em exclusivo para as 5.^a e 6.^a classes de leitura, para o sistema decimal de pesos e medidas, neste caso unicamente para as três últimas classes de aritmética, e, de forma menos linear, para o desenho e geografia. É evidente que a organização em causa pressupunha cumulativamente, como foi sendo argumentado, um cuidado de acomodação do plano de estudos e do emprego do tempo, assim como a observância estrita de princípios de ordem e de disciplina, que passavam por uma rigorosa codificação do espaço escolar. Por exemplo, a aula de análise gramatical, lembre-se dada apenas aos alunos mais adiantados em leitura, tornava obrigatória a saída dos demais⁶³.

Até finais do século XIX, período em que, como indiquei, a Escola Real manteve os seus traços idiossincráticos, registaram-se algumas alterações na graduação sistemática do ensino, consubstanciadas no essencial na tendência de redução do número de classes⁶⁴, a despeito dos alunos continuarem a ser avaliados em função da proficiência em cada disciplina, e não pelo conjunto do seu desempenho, bem como, particularmente no caso da aritmética, por uma organização algo distinta e que se consolida no tempo,

⁶⁰ A introdução do ensino da música parece ter ficado a dever-se à intervenção do rei D. Luís I. RIBEIRO, 1884.

⁶¹ GHIRA, 1865.

⁶² RIBEIRO, 1884.

⁶³ GHIRA, 1865.

⁶⁴ Da leitura de um mapa estatístico dos exames efectuados no final do ano lectivo de 1891-1892, conclui-se que os alunos estavam agrupados em três classes de leitura e de escrita... (AHMM, *Real Escola de Mafra, Offícios, circulares e mapas*).

constituindo a disciplina em causa um ‘curso’ autónomo, naturalmente sujeito a graduação no seu interior e tendo presente a ideia de procedência⁶⁵.

No ano lectivo de 1897-1898 verifica-se uma ruptura na orgânica da Escola, como fica claro no registo de matrícula do aluno Agnelo João Moreira:

“Neste ano lectivo (1895-96) e no pouco tempo que frequentou a Escola foi aprovado simpliciter na 2.^a classe de leitura, 3.^a de escrita, 5.^a de doutrina cristã e principiou a multiplicação de inteiros [...] Em 1897-98, pela nova distribuição dos alunos, foi colocado na 2.^a classe, passando à 3.^a em 22-11- de 1897 e à 4.^a em 23 do 12 de 1897.”⁶⁶

QUE RESULTADOS PRÁTICOS DO ENCAMINHAMENTO PARA A CARREIRA DO MAGISTÉRIO PRIMÁRIO?

Ao longo das páginas precedentes procurei deixar claro, entre outros aspectos, que um dos objectivos da Escola Real, perseguido pelo seu fundador, foi o de encaminhar alunos para a carreira do magistério primário. A esse nível, a instituição constituiu uma referência desde os anos 1860, perceptível nalgumas reflexões em torno da Escola Normal de Lisboa:

“De entre os discípulos mais adiantados de cada aula, e dos que já podem coadjuvar o professor, há sempre elementos de futuros e óptimos mestres, contando que se ponham os meios convenientes para conservá-los, como faz S. M. El Rei o Sr. D. Luís na sua, a muitos respeito, exemplar escola de Mafra. E assim que já para Outubro próximo vão passar à escola normal, como alunos-mestres, mais três ou quatro estudantes de Mafra.

Fizesse-se o mesmo nas escolas anexas às normais dos distritos. Uma pequena pensão ou subsídio mensal convidaria os discípulos de melhor nota e mais dedicada vocação a esperarem pela idade de passarem da classe de pupil-teachers, à de alunos da respectiva escola normal.”⁶⁷

⁶⁵ Um mapa das avaliações de aritmética realizadas no ano lectivo de 1899-1900 permite identificar a sequência de aprendizagens que os alunos, de forma cumulativa, deveriam realizar, como dou conta em termos globais: números inteiros (quatro operações), dízima, sistema métrico, fracções, complexos, surgindo depois os juros, as raízes quadrada e cúbica, etc. (cf. AHMM, *Real Escola de Mafra, Ofícios, circulares e mapas*). Em consonância, as avaliações reflectem a organização adiantada, encontrando-se na documentação notações que traduzem o percurso de aprendizagem dos alunos até determinado momento: “o sistema métrico”, “medidas de volume, fracções ordinárias e juros simples”, “aritmética toda”, não havendo por conseguinte qualquer referência a ‘classes’.

⁶⁶ AHMM, *Livro de Matrículas da Escola Real*, n.º 2, registo n.º 976. A “nova distribuição dos alunos” surge, na minha perspectiva, na sequência da anexação de 1896 (cf. nota 18). Independentemente da data que se considerar para o encerramento formal da Escola Real, parece-me que, por via de uma forte cultura organizacional, emprestando uma inércia muito própria e fazendo prolongar no tempo, pelo menos até aos primeiros anos do século XX, determinados traços identificativos, o período mais *sui generis* do instituto ocorre até à década de 1880.

⁶⁷ *Boletim Geral de Instrução Publica*, n.º 29, 19 de Agosto de 1863, p. 437.

Outro articulista, retomando a argumentação anterior, indicava no entanto a ligação estabelecida entre os dois institutos de ensino:

“Não se faça objecção de que um mestre só, embora hábil e com os seus 300\$000 reis, não pode reger as aulas de dia e à noite. Olhem para a Alemanha, para a Inglaterra... mais perto, para a Escola Real de Mafra, onde o finado instituidor estabeleceu [...] pensões para o que lá fora chamam pupil-teachers, elemento salutar das escolas normais, classe de vocação reconhecida, onde se recrutam, todos os anos, os alunos-professores, como já aqui sucedeu no primeiro curso normal, e está sucedendo com o segundo.”⁶⁸

Alguns anos mais tarde, as ideias reveladas seriam genericamente perfilhadas por D. António da Costa na sua obra *A Instrução Nacional*, adiantando o autor que os normalistas deveriam provir de institutos ou de escolas onde tivessem sido alunos-mestres.

Com a abertura da Escola Normal de Lisboa, um número significativo de alunos da Escola Real faz exame de admissão à mesma. Referido foi já o caso de Filipe António Jorge, aluno-mestre da Escola Real em 1860-1861, matriculando-se no ano lectivo seguinte em Marvila e protagonizando depois excelente desempenho. Curioso será perceber as suas motivações:

“Persuadido de que só seguindo a profissão de mestre pode satisfazer às ilustradas e humanitárias intenções do seu Augustíssimo e sempre adorado Benfeitor, e precisando, para mais dignamente se desempenhar, habilitar-se com os conhecimentos de pedagogia que só em uma escola normal pode obter, como lhe conste que vai abrir-se a Escola Normal Primária de Lisboa, deseja ser admitido.”⁶⁹

É relevante o proponente filiar a sua opção na vontade de D. Pedro V, a quem presta tributo intelectual, três dias aliás antes da morte do monarca, embora não menos significativa seja a compreensão do exercício da função docente inextricável de formação pedagógica adequada e em sede própria.

Talvez a melhor forma de atestar a anunciada vocação da Escola Real⁷⁰, para além da sua qualidade pedagógica, seja dizer que dos quinze alunos pensionistas e porcionistas que foram admitidos na Escola Normal Primária de Lisboa por portaria de 14 de Abril de 1862, os primeiros cinco na lista de classificação eram provenientes de Mafra⁷¹.

⁶⁸ *Boletim Geral de Instrução Publica*, n.º 41, 11 de Novembro de 1863, pp. 621-622.

⁶⁹ Petição de Filipe António Jorge para ser admitido na Escola Normal de Marvila, 8 de Novembro de 1861 (IAN/TT, *Ministério do Reino*, maço 4210).

⁷⁰ Há um caso digno de nota que traduz em alguma medida a forma como o instituto de Mafra foi identificado e reconhecido no exterior, inclusivamente como ‘escola normal’. Em 8 de Setembro de 1864, o professor Joaquim Pereira de Sousa Girão, de Santa Marta de Portozelo, escreveu a António Feliciano de Castilho informando-o de que gostava de frequentar algumas aulas na “Escola Normal em Mafra”, embora os parcos recursos de que dispunha não permitissem a sua deslocação. Em ordem a conseguir o seu objectivo, o dito-professor pediu a Castilho que intervisse por ele junto do governo no sentido de obter uma licença sem prejuízo dos vencimentos (IAN/TT, *Colecção Castilho*, maço 2, n.º 38).

⁷¹ IAN/TT, *Ministério do Reino*, maço 4210.

Quadro 6. Alunos da Escola Real de Mafra matriculados na Escola Normal de Lisboa em 1862-1863, primeiro ano do seu funcionamento. Os alunos referenciados entraram na Escola Real entre os anos de 1856 e 1860.

Nome dos alunos
António Pedro Silves Ferreira
António Vieira Braga
Filipe António Jorge
Francisco Adriano de Faria
Francisco Duarte
João Pedro de Andrade Cardoso
José Fernandes Moniz
José Lucas

Fonte: AHMM, *Livro de Matrículas da Escola Real de Mafra*, n.º 1, 1856-1880.

O fluxo anual de saída de alunos para Marvila, não mantendo o ritmo apresentado no Quadro 6, vai no entanto continuar a ter algum significado até aos anos 1880, sobretudo pelo facto do rei D. Luís I, à semelhança do seu predecessor, subsidiar alunos-mestres da Escola Real com o objectivo de cursarem “com vantagem a Escola Normal”, após dois anos de auxílio como monitores em Mafra⁷². No entanto, é nítida a fractura existente entre os dois reinados, pois são os alunos matriculados até 1860, quer dizer os que chegaram a ter contacto directo com D. Pedro V, que denotam particular apetência pela prossecução de estudos na Escola Normal.

Mas há ainda uma outra vertente desta ‘aposta’ na formação de docentes que não foi explorada até ao momento. Refiro-me, especificamente, ao pensionato na Escola Real de alunos provindos de Cabo Verde que mostrassem “inclinação para o magistério”, nos termos da portaria de 10 de Abril de 1858⁷³. Decorrido um ano, sem que se verificasse o cumprimento da citada portaria, o governo ordenou a sua execução imediata, pois “seria retardar os progressos da instrução pública demorar a conveniente habilitação de professores”⁷⁴.

⁷² RIBEIRO, 1884.

⁷³ RIBEIRO, 1884.

⁷⁴ RIBEIRO, 1884: 311. O pensionato era financeiramente suportado pelo ministério da marinha. Lembre-se que foi a propósito deste mesmo pensionato que D. Pedro V, em carta dirigida ao príncipe Alberto, já citada, enfatizou a ideia de estender esse objectivo a outros alunos, e não apenas aos cabo-verdianos. À luz documental, se é só em 1859 que é claramente revelada essa intenção, com muita probabilidade ela existiria no espírito do monarca desde a fundação da Escola Real.

Quadro 7. Alunos cabo-verdianos existentes na Escola Real em Agosto de 1861, com nota das observações tomadas pelo professor Dantas Pereira. O quadro apresentado foi adaptado de um documento mais extenso, não se apresentando informação incluída em algumas colunas (“conhecimentos que já possuíam”, “conhecimentos actuais”...), unicamente pela sua extensão.

Nome dos alunos	Idade	Observações
José Fernandes Henriques Moniz	16	“Estuda por gosto, e ensina com interesse, que às vezes é preciso reprimir, sopeando-lhe alguma rispidez de génio. Zeloso no cumprimento dos seus deveres e bem morigerado, pode, com o curso da Escola Normal, vir a ser um distinto professor.”
António Pedro Silves Ferreira	16	“Tem talento; incita-o facilmente o estímulo da emulação. Como decurião é zeloso, e ensina com brandura. É bem morigerado, e dócil de génio. Unindo a teoria à prática da pedagogia, tem partes para ser um professor de mérito.”
João Pedro de Andrade Cardoso	14	“Aprende mais decorando do que discorrendo, sem contudo ser destituído de talento. De génio um tanto frívolo, nem sempre se interessa no ensino que se lhe confia. Assentando, pode ser útil no magistério.”
António Vieira Braga	16	“Por muito esforço de aplicação alguma coisa tem adiantado. Ainda que desempenha suficientemente o que se lhe encarrega como decurião, não mostra ter vocação para o magistério. O seu porte é sério e composto.”

Fonte: AHMM, *Real Escola de Mafra, Offícios, circulares e mapas*.

Cruzando os Quadros 6 e 7, constatamos que todos os alunos cabo-verdianos que frequentavam a Escola Real em 1861 ingressaram na Escola Normal no ano lectivo seguinte, mesmo António Vieira Braga que, segundo Dantas Pereira, mostrara falta de vocação para o magistério. A acção em causa, como vimos consignada desde 1858, e evidentemente protegida por D. Pedro V, muito ficou a dever à iniciativa e esforços do professor Dantas Pereira que, em seis anos de serviço em Cabo Verde, por entre outras missões, teve a incumbência de fundar a primeira “escola principal de instrução primária” do ultramar, criada em acordo com o decreto de 14 de Agosto de 1845⁷⁵. Como se conclui da leitura de um officio dirigido por Dantas Pereira ao ministro da marinha, em 4 de Abril de 1859, o objectivo central do pensionato foi permitir que se agilizasse a formação de professores para as mencionadas escolas principais⁷⁶.

CONCLUSÃO

Fundada sob a égide de D. Pedro V, a Escola Real de Mafra afirmar-se-ia em poucos anos como instituto de referência e de excepção no panorama nacional. A omnipresença

⁷⁵ RIBEIRO, 1884.

⁷⁶ RIBEIRO, 1884. O referido decreto de 14 de Agosto de 1845, publicado no *Diário do Governo*, n.º 204, de 30 de Agosto, possibilitava que o governo despendesse até três contos de reis com a habilitação dos primeiros dez professores que fossem para as cinco escolas principais previstas (uma para cada província). As escolas principais tinham um quadro curricular alargado e seriam, grosso modo, as homólogas das escolas de segundo grau criadas na metrópole pela reforma de Costa Cabral (1844). Como particularidade, emerge o facto dessas escolas principais serem regidas por dois professores.

da figura do fundador, mesmo no período pós 1861, constituiu importante e decisivo elemento aglutinador, perpetuando no tempo um conjunto de princípios e uma filosofia de base que estiveram na origem de uma forte e peculiar identidade. A cultura académica e pedagógica dos professores, a precisa definição da organização pedagógica, assim como as excelentes condições materiais da Escola, proporcionaram um ensino de qualidade.

Curiosamente, os pontos inovadores não se situam tanto no plano da organização pedagógica, onde se vislumbra a matriz do ensino mútuo. No essencial, essa influência traduz-se a dois níveis: na alternância do interface directo professor/alunos, pela utilização de alunos mais adiantados nas tarefas de ensino, e na emulação, se bem que já na escola 'pré-monitorial', mormente nos colégios jesuítas, essa ambivalência fosse muito presente, não esquecendo no entanto que, no último caso, os decurios eram apenas 'alunos repetidores', não exercendo propriamente o papel de formadores.

Uma questão que emerge para o período histórico em causa, podendo ter como referência paradigmática a Escola Real de Mafra, prende-se com tentar perceber de que forma um sistema de ensino tão alicerçado na ideia de competição, deixando portanto de parte sentimentos como a partilha e a cooperação, é capaz de criar valores de unidade e de inequívoca coesão de grupo.

A nota de maior singularidade situa-se ao nível da 'pré-formação' de professores. Com efeito, a instituição Escola Real consubstancia em certa medida uma linha de pensamento que defende a aferição prévia da vocação dos futuros normalistas. Apesar de decorrer algum tempo entre a data de fundação da Escola Real (1855) e o arranque efectivo das aulas em Marvila (1862), a primeira nunca assumiu verdadeiramente uma função supletiva no capítulo da formação de docentes, mas sim de preparação e de encaminhamento de alunos para o curso normal.

BIBLIOGRAFIA

- AFFREIXO, José Maria da Graça e FREIRE, Henrique, 1870 - *Elementos de Pedagogia para Servirem de Guia aos Candidatos ao Magisterio Primario*, Lisboa, Typographia do Futuro.
- ALVES, Maria do Céu, 2003 - *Um Tempo sob outros Tempos. O processo de escolarização no concelho de Mafra. Anos de 1772 a 1896*, Dissertação de mestrado apresentada à Universidade do Minho.
- BASTOS, Francisco António Martins, 1863 - *Memorias para a historia de El-Rey fidelissimo o senhor Dom Pedro V e de seus augustos irmãos*, Lisboa, Tipografia Universal.
- CAMPAGNE, E. M., 1886 - *Diccionario Universal de Educação e Ensino*, Porto, Livraria Internacional de Ernesto Chardron.
- CARVALHO, Rómulo de, 1996 - *História do Ensino em Portugal – Desde a Fundação da Nacionalidade até ao fim do Regime de Salazar/Caetano*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2.ª edição.
- COMPAYRÉ, Gabriel, 1885 - *Cours de Pédagogie Théorique et Pratique*, Paris, Librairie Classique Paul Delaplane.
- COMPÈRE, Marie-Madeleine (dir.), 1997 - *Histoire du Temps Scolaire en Europe*, Paris, Economica.
- COSTA, D. António da, 1870 - *A Instrução Nacional*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- COSTA, D. António da, 1871 - *Historia da Instrução Popular em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- DANTAS PEREIRA, Vitorino João Carlos, 1864 - Relatório dos trabalhos da Escola Real de Mafra no ano lectivo de 1863 a 1864, *Boletim Geral de Instrução Publica*, n.º 32, pp. 468-471.

- Estatística da Instrução Primaria em Portugal (Organizada sob a Inspeção Extraordinaria de 1863 a 1864) – Tabellas Districtaes*, Lisboa, 1867, Imprensa Nacional.
- FREIRE, João Paulo, 1944 - *Evocações de Mafra de há meio século*, Lisboa, Livraria Tertúlia.
- FURET, François e OZOUF, Jacques, 1977 - *Lire et écrire. L'alphabétisation des français de Calvin à Jules Ferry*, Paris, Editions de Minuit, 2 vols.
- GABRIEL, Narciso de, 1990 - *Leer, Escribir y Contar. Escolarización Popular y Sociedad en Galicia (1875-1900)*, Coruña, Ediciós Castro.
- GANDRA, Manuel (coord.), 1990 - *Escola Real de Mafra. "Presepe de redenção das novas gerações"*, Mafra, Câmara Municipal de Mafra.
- GANDRA, Manuel (coord.), 1998 - *Imprensa Periódica Mafrense*, Mafra, Câmara Municipal de Mafra.
- GHIRA, Mariano, 1865 - *Relatorio sobre a visita de inspeção extraordinaria ás escolas do districto de Lisboa feita no anno lectivo de 1863-1864*, Lisboa, Typographia Portugueza.
- GIOLITTO, Pierre, 1983 - *Histoire de l'Enseignement Primaire au XIXème Siècle. L'Organisation Pédagogique*, Paris, Nathan.
- LEITÃO, Ruben Adresen (tradução e estudo), 1954 - *Cartas de D. Pedro V ao Príncipe Alberto*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança - Portugália Editora.
- NÓVOA, António, 1987 - *Le Temps des Professeurs*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Relatorio do acontecido na Real Eschola de Mafra desde a sua solene installação no dia 9 de Dezembro de 1855 até ao fim do seu sexto anno lectivo (1860-1861) apresentado a El-Rei por occasião da sessão real da distribuição dos prémios do septimo anno lectivo*, Lisboa, 1863, Typ. da Sociedade Typographica Franco-Portugueza.
- RIBEIRO, José Silvestre, 1884 - *História dos estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos de Portugal, nos sucessivos reinados da monarchia*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, tomo XII.
- TORGAL, Luís Reis, 1993 - «Instrução Pública» - O Sentido e a Força de um Conceito Liberal. In MATOSO, José (dir.). *História de Portugal*, vol. 5 (pp. 609-651). Lisboa, Editorial Estampa.



Fig. 1 - Perspectiva interior da Escola Real de Mafra (finais do séc. XIX).

Real Eschola em Mafra 1 de A-
gosto de 1866.

A preguiça é um sono, em que ninguém tem bens so-
nhos, e que não renova as forças do corpo nem as da
alma.

A B C D E F G H I J K
L M N O P Q R S T U V
X Y Z

Bento Augusto José Lopes

Fig. 2 - Exercício caligráfico de Bento Augusto José Lopes (1866).